



## **Câmara Municipal de Cabo Frio**

Av. Assunção, 760 - São Bento - CEP: 28906-200 - CABO FRIO/RJ  
CNPJ: 29.880.739/0001-17 - Tel: 22 26400700 - Site: www.transparencia.cabofrio.rj.leg.br

REQUERIMENTO Nº 0013/2026

Em, 08 de abril de 2026

### **CRIA A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO.**

Exmo(a) Sr(a) Presidente(a) da Câmara Municipal de Cabo Frio

O Vereador que este subscreve, nos termos regimentais, requer à Mesa Diretora, após ouvido o Douto Plenário, a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Royalties do Petróleo, no âmbito da Câmara Municipal de Cabo Frio.

A referida Frente Parlamentar terá como finalidade acompanhar, debater e defender os interesses do Município de Cabo Frio quanto à manutenção da atual sistemática de distribuição dos royalties do petróleo, especialmente diante do julgamento da ADI 4917, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, que poderá acarretar significativa redução das receitas municipais oriundas dessa fonte.

A Frente Parlamentar ora proposta terá como objetivos principais:

- Promover o acompanhamento institucional do julgamento da ADI 4917;
- Articular ações junto às esferas estadual e federal em defesa dos municípios produtores e confrontantes;
- Realizar debates, audiências públicas e reuniões com especialistas, autoridades e a sociedade civil;
- Elaborar estudos e propor medidas que visem mitigar eventuais impactos financeiros ao Município;
- Defender a manutenção dos recursos essenciais ao financiamento das políticas públicas locais, especialmente nas áreas de saúde, educação e infraestrutura.

Diante da relevância da matéria e dos potenciais impactos negativos que eventual alteração na distribuição dos royalties poderá causar às finanças municipais, faz-se necessária a atuação organizada e permanente desta Casa Legislativa.

Assim, requer-se a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 2026.

**ALFREDO LUIS NOGUEIRA GONÇALVES**  
VEREADOR(A)



## **Câmara Municipal de Cabo Frio**

Av. Assunção, 760 - São Bento - CEP: 28906-200 - CABO FRIO/RJ

CNPJ: 29.880.739/0001-17 - Tel: 22 26400700 - Site: [www.transparencia.cabofrio.rj.leg.br](http://www.transparencia.cabofrio.rj.leg.br)

### **JUSTIFICATIVA**

A presente proposição visa à criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Royalties do Petróleo no âmbito da Câmara Municipal de Cabo Frio, diante do iminente julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4917, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, que poderá alterar substancialmente os critérios de distribuição dos royalties do petróleo estabelecidos pela Lei Federal nº 12.734/2012.

O Município de Cabo Frio, por sua condição de cidade confrontante e diretamente impactada pela atividade petrolífera, possui significativa dependência das receitas oriundas dos royalties, as quais são fundamentais para o custeio de políticas públicas essenciais, especialmente nas áreas de saúde, educação, infraestrutura urbana e serviços básicos.

A eventual redução dessas receitas poderá ocasionar severos prejuízos à capacidade financeira do Município, comprometendo investimentos, manutenção de serviços públicos e a própria qualidade de vida da população cabo-friense. Trata-se, portanto, de tema de elevada relevância e interesse público, que exige acompanhamento contínuo e atuação institucional firme por parte do Poder Legislativo Municipal.

Nesse contexto, a criação da Frente Parlamentar permitirá a articulação de esforços entre os vereadores, bem como a promoção de debates qualificados, realização de audiências públicas, interlocução com autoridades das esferas estadual e federal, além do engajamento da sociedade civil organizada na defesa dos interesses do Município.

A medida também contribuirá para o fortalecimento da posição política de Cabo Frio no cenário regional e nacional, somando-se às iniciativas já adotadas por outros municípios da Região dos Lagos, que se encontram mobilizados diante da possível reconfiguração da distribuição dos royalties do petróleo.

Dessa forma, a instituição da Frente Parlamentar em Defesa dos Royalties do Petróleo revela-se necessária, oportuna e estratégica, como instrumento de defesa dos interesses da população e de preservação da capacidade de investimento do Município.

Diante do exposto, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente matéria.